

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: potencialidades e limites no ensino de filosofia

Sandro Luiz Bazzanella¹
 Jairo Demm Junkes²
 Sandra Eloisa Pisa Bazzanella³

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo contribuir com o debate em torno do ensino da filosofia integrado a área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas proposta pela BNCC. A filosofia se caracteriza pelo criterioso uso da razão em suas pretensões, mas também no reconhecimento em seus limites epistemológicos e metodológicos de acesso, conhecimento e compreensão dos fenômenos constitutivos do mundo resultante da ação humana. Afinal, somente os seres humanos possuem um mundo. Os demais seres vivos vivem destituídos de um mundo. Sob tais pressupostos, a BNCC ao constituir a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e inserir nelas a filosofia dilui suas especificidades como área do conhecimento humano. Mas, sobretudo, limita as fundamentais e urgentes contribuições que pode oferecer aos mais diversos campos científicos, retirando e/ou limitando nos jovens educandos a possibilidade de avançar na compreensão das exigências políticas e éticas implicadas no uso da razão e, dos conhecimentos específicos vinculados as distintas ciências e, que auxiliarão na constituição de sua visão de mundo, bem como seu posicionamento (ação) no mundo.

Palavras-chave: BNCC; Filosofia; Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Interdisciplinaridade.

ABSTRACT: This article aims to contribute to the debate around the teaching of philosophy integrated to the area of Applied Human and Social Sciences proposed by the BNCC. Philosophy is characterized by the judicious use of reason in its claims, but also in the recognition of its epistemological and methodological limits of access, knowledge and understanding of the constitutive phenomena of the world resulting from human action. After all, only humans have a world. The other living beings live deprived of a world. Under these assumptions, the BNCC, by constituting the area of Applied Human and Social Sciences and inserting philosophy in them, dilutes its specificities as an area of human knowledge. But, above all, it limits the fundamental and urgent contributions it can offer to the most diverse scientific fields, removing and/or limiting in young students the possibility of advancing in the understanding of the political and ethical requirements involved in the use of reason and of the specific knowledge related to different sciences and that will help in the constitution of their worldview, as well as their positioning (action) in the world.

Keywords: BNCC; Philosophy; Human sciences; Applied social sciences; Interdisciplinarity.

¹ Possui graduação em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco (1989), mestrado em Educação e Cultura pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2003) e doutorado em Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010). Atualmente é professor titular de filosofia da Universidade do Contestado na graduação no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional. Tem experiência na área de filosofia, atuando nas seguintes áreas temáticas: História da filosofia, filosofia política e ética, técnica, Estado e biopolítica. E-mail: sandroluizbazzanella@gmail.com

² Licenciado em História pela FURB (2008), em Filosofia pela UFSC (2017), Especialista em História e Cultura Afro-brasileira pela FIJ (2009) e Doutor em Filosofia pela UNISINOS (2018) e Pós doutorando em Desenvolvimento Regional pela UnC. Docente EAD dos cursos e Filosofia e Teologia no Centro Universitário Leonardo da Vinci em Indaial. Orcid: 0000-0001-7561-1090 E-mail: demmobr@gmail.com

³ Acadêmica do Curso de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: sandra.bazzanella@hotmail.com

FILOSOFIA OU O EXERCÍCIO DO FILOSOFAR?

Para considerarmos de forma suficiente em extensão e profundidade os impactos da diluição da disciplina de filosofia na área de “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas”, preconizada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é preciso retornar aos tradicionais questionamentos: O que é filosofia? Existe “a filosofia”, ou aquilo que chamamos de filosofia apresenta-se como o exercício do filosofar? Tais questionamentos se apresentam fundamentais, sobretudo, diante da proposta da BNCC na constituição da referida área conforme segue:

A BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – integrada por Filosofia, Geografia, História e Sociologia – propõe a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental, sempre orientada para uma formação ética. Tal compromisso educativo tem como base as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza. (BNCC, 2021, p. 561)

Na citação constatamos que a BNCC propõe aprendizagens orientadas para a formação ética dos indivíduos alicerçadas nas ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, reconhecimento das diferenças e o respeito aos direitos humanos. Trata-se de uma proposição ambiciosa, sobretudo se considerarmos a importância de cada uma destas categorias conceituais presente na trajetória das sociedades ocidentais. Ou seja, a partir desta proposição pode-se inferir que a BNCC compreende a Filosofia como exercício do filosofar em que se trata de procurar compreender o ser humano e, o mundo em sua totalidade. A Filosofia compreendida como resultante do exercício do filosofar implica no movimento do pensamento para além do que apresenta na facticidade pragmática do cotidiano. Trata-se de compreender o valor da ação humana na constituição das relações o que permeiam o mundo e lhe inferem significado. Assim, o filosofar se apresenta em sua plenitude quando o pensamento toma o próprio pensar em pensamento. Ou seja, quando o próprio pensar torna-se objeto de reflexão. Sob tais pressupostos, pode-se considerar, ou mesmo conceituar a filosofia em seu movimento constitutivo, o filosofar como exercício reflexivo sobre as questões, os paradoxos, os limites e as potencialidades da ação humana em sua dimensão individual ou coletiva apresentadas em sua cotidianidade.

Todas as formas de relacionar-se com a filosofia supõem em última instância (...) capacidade de uma reflexão sistemática, metódica e (em maior ou menor medida) autônoma sobre certos problemas. Sem ela, jamais há filosofia em nenhum sentido, nem sequer no mais desprezível de entender um texto. (PORTA, 2002, p. 23).

Mas, consideremos a partir de outra passagem da BNCC a pretenciosa proposição presente na justificativa de constituição da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, sobretudo no que concerne ao Ensino Médio e, que incide numa concepção e definição de Filosofia. Afinal, trata-se de mobilizar conhecimentos e, o próprio exercício do pensamento para que os estudantes “desenvolvam a capacidade de estabelecer diálogos (...) essencial para a aceitação da alteridade” (BNCC, 2021, p. 561). A compreensão semântica, filológica, etimológica dos conceitos de “diálogo” e “alteridade”, bem como vinculação à condição humana é extremamente exigente. Demanda uma vida reflexiva, contemplativa e ativa para que se alcance aproximações suficientemente compreensivas.

Portanto, no Ensino Médio, a BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas propõe que os **estudantes desenvolvam a capacidade de estabelecer diálogos – entre indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades**, saberes e culturas distintas –, **elemento essencial para a aceitação da alteridade** e a adoção de uma conduta ética em sociedade. (BNCC, 2021, p. 561)

É possível conceber, senão apresentar uma definição de filosofia como memória semântica do percurso civilizatório ocidental e, nesta condição, como área contribuinte por excelência para a constituição das demais áreas do conhecimento, entre elas a teologia no contexto medieval e, para os diversos campos do conhecimento científico na modernidade e contemporaneidade. Sob tais pressupostos, a filosofia se caracteriza pelos questionamentos e conceitos em torno dos quais se constitui como área do conhecimento exercendo influência nas demais áreas do conhecimento. Assim, a filosofia desde seus primórdios na Grécia Antiga trata de conceitos como o bem, o belo, a justiça e a verdade. A constituição das ciências modernas, sejam elas as Ciências Exatas, as Ciências Naturais, as Ciências Sociais Aplicadas e as Ciências Humanas compartilham com a filosofia e seu exercício do filosofar, o espírito investigativo e a vontade de alcance da verdade, salvaguardadas a circunscrição dos objetos das mais diferentes ciências e suas perspectivas metodológicas específicas.

Porém, o que caracteriza decisivamente a filosofia e o exercício do filosofar diferenciando-a da ciência e, mais especificamente da ciência moderna é sua condição inquiridora do mundo em sua totalidade de formas de vida, de entes que se apresentam no espaço e no tempo, possibilitando a constituição do mundo humano. Ou seja, mais do que apresentar respostas diante dos desafios que o mundo e a vida apresentam, o que está em jogo no exercício do filosofar é a potência do pensamento na compreensão do mundo em sua totalidade. Vale ressaltar ainda, que é esta postura inquiridora da filosofia e do filosofar que constitui as diferentes reflexões que matizam as mais diferentes correntes ou escolas de pensamento filosófico. Diante do exposto até o presente momento é possível definir a filosofia como exercício do filosofar, do pensamento que pensa intensa e profundamente o tempo presente. Assim, o filosofar é este movimento vital realizado pelo praticante da filosofia na plena atividade do filosofar que pensa o seu tempo procurando compreendê-lo em seus fundamentos constitutivos em devir. Ou dito de outra forma, a filosofia implica num pensar racional, crítico, sistemático, consistente sobre a natureza do mundo em geral, constituindo-se em discurso metafísico, existencial, fenomenológico, sobre a justificação de crenças apresentando-se na forma da epistemologia, da teoria do conhecimento, da filosofia da linguagem, na lógica, na analítica. Enfim, a filosofia se debruça sobre as formas de vida, sobre a conduta de vida adotada, articulando-se no discurso político, ético, estético e ontológico. Sob tais pressupostos, é fundamental reconhecermos que a filosofia, definida aqui como o exercício do filosofar assume condição de urgência na atualidade diante dos desafios humanos, sociais, políticos, econômicos e ambientais em que globalmente estamos inseridos.

A necessidade da filosofia neste conturbado final de século é cada vez mais premente. Pois o homem está perdido. Não sabe que fazer de sua vida num mundo que lhe é cada vez mais estranho e mais hostil. Esboroam-se as antigas crenças que os sustentavam e orientavam – a crença na família, no Estado, na autoridade, no progresso, na paz social e entre as nações, no Direito, na moralidade, na liberdade, no trabalho, na capacidade criadora, na religião, na arte, na vida, no futuro do capitalismo e na eficácia do socialismo. O homem não sabe a que se ater. Não crê em nada com plenitude e tem medo de acreditar. A vida social perde suas normas estruturais (anomia), os valores se confundem, a segurança falha, a anarquia campeia. (KUJAWSKI, 1985, p. 80).

A filosofia em seu sempiterno movimento do filosofar esta comprometida com a compreensão do “tempo em curso”, do contemporâneo, com a interpretação do mundo, da vida que não cessa de exigir esforços e que não se permite não ser constantemente

questionada. A filosofia, o exercício do filosofar é urgente aos brasileiros. Desprovidos do ímpeto do questionamento, da responsabilidade em tomar-se a si mesmo como objeto, de investigar e procurar compreender sua condição periférica num mundo globalizado, sua violência intestina na conformação de seu tecido social, na instabilidade de suas instituições terá dificuldades de posicionar-se de forma consistente e soberana. Nesta perspectiva Roberto Gomes argumenta:

Há todo um espírito brasileiro que se delicia com a própria agilidade mental, esta capacidade ver o avesso das coisas revelado numa palavra, frase, fato. Somos os brasileiros, muito bem-humoradas. Conseguimos rir de tudo. Do governo que cai e do governo que sobe. Das instituições que deveriam estar a nosso serviço, dos dirigentes que deveriam representar nossos interesses. E não é só. Chegamos a fazer piadas sobre nossa capacidade de fazer piadas. (GOMES, 1983, p.10)

Por seu turno o pensador Gilberto de Melo Kujawksy, mas convergente com as linhas e entrelinhas em que se apresenta o argumento de Roberto Gomes acima exposto, chama atenção para nossas deficiências compreensivas em relação a nossa forma de ser brasileiros. Na medida em que não alcançamos compreensão suficiente de nossa trajetória histórica, civilizatória, da constituição de nosso *ethos*, teremos muitas dificuldades de nos reconhecermos em nossa diversidade e multiplicidade de formas de ser brasileiros. Diante da incapacidade de compreensão da multiplicidade étnica e cultural do tecido social brasileiro, o que impera é a violência, a discriminação, o descaso, a desigualdade social, o sofrimento humano.

Se o homem contemporâneo ignora a que se ater, o brasileiro também, e com muito mais gravidade. Estamos, em nosso país e na América Latina, muito mais perdidos ainda que o europeu, o norte-americano. Pois vivemos com pouquíssima equipagem a travessia da História. Tudo nos falta. Falta-nos a memória adequada e suficiente do passado, consistência social, estabilidade política, desenvolvimento econômico, segurança nas instituições. Nosso arcabouço nacional não ultrapassou ainda o estado gelatinoso, sem a solidez e a firmeza das nações maduras. Nosso processo histórico permanece retardado em seu conjunto devido ao conluio de fatores negativos internos e externos que perturbam, de longa data, nossa expansão. (KUJAWSKI, 1985, p. 86).

É a partir destas prerrogativas, de definição da Filosofia como exercício do filosofar diante das urgências do mundo no tempo presente, marcado pela ascensão de ideologias de extrema direita, xenófobas, misóginas e, como decorrência de escalada de violência social, contra os refugos humanos, os desocupados, os imigrantes, os refugiados,

os negros, os moradores das favelas e, tantas outras formas de paradoxos e contradições em que estamos inseridos, que este artigo reflete e compartilha ideias, argumentos e posicionamentos diante da implementação da BNCC e seu impacto no Ensino de Filosofia. A filosofia desde suas origens na Grécia Antiga é marcada pela perseguição. Pensar, refletir, contemplar, questionar a ordem vigente, os discursos que se pretendem hegemônicos em determinado contexto, a racionalidade instrumental que elege o mero fazer como condição por excelência da ação humana lhe confere por parte de seus detratores a acusação de atividade inútil, improdutiva e, sobretudo de promover a confusão discursiva e compreensiva da objetividade do mundo. Ainda, nesta direção, a sua postura inquiridora dos discursos teológicos e científicos e suas vontades de verdade lhe imputam no caso da primeira definição a acusação de se apresentar como uma atividade ateia, desprovida da dimensão divina, materialista e niilista. No caso da segunda, sobretudo as ciências de matriz marcadamente positivista lhe imputam a acusação da filosofia ser uma reflexão meramente normativa, circunstanciada a juízos de valor na constituição de visões utópicas de sociedade e de mundo.

Perseguições, acusações e, neste momento a diluição da filosofia à área das Ciências Humanas e sociais aplicadas no modo como a BNCC sugere seu ensino de forma transversalizada e interdisciplinar por meio das pedagogias de projetos, demonstra sua importância vital para a condição humana. A potência do pensamento, a atividade reflexiva, criativa e crítica diante do mundo, dos fatos e dos acontecimentos são cruciais num contexto de mundo marcado por paradoxos, contradições e imprevisibilidades de toda ordem. Diante do exposto, o artigo está dividido em três partes articuladas em torno do objetivo geral do artigo, que pretende demonstrar que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ao promover o ensino de filosofia inserindo transversalidade interdisciplinar à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas diluem seus conteúdos enfraquecendo, ou mesmo inviabilizando sua condição vital, o exercício do filosofar. Assim, após a introdução, o artigo aprofunda a relação entre a BNCC e o ensino da filosofia. O terceiro aspecto abordado e convergente com os dois primeiros analisará as diferenças constitutivas no âmbito do ensino e, neste caso especificamente da filosofia, a relação entre conhecimentos poderosos e conhecimentos dos poderosos. O artigo se encerra com as considerações finais, mas o debate não se finaliza, permanece a disposição e a espera de posicionamentos públicos, *locus* por excelência do bem comum, da qualificação do debate e da ação comum. Afinal, trata-se de debater e analisar a qualidade

de um bem público, a educação, que reúne as melhores potencialidades de promover o desenvolvimento humano e social.

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E O ENSINO DE FILOSOFIA

A educação no Brasil, tem passado por diversas transformações nas décadas que seguiram a redemocratização política da sociedade brasileira. Nesta direção, o ensino de Filosofia, considerado inadequado durante os anos de governo militar, passa lenta e gradativamente a retornar ao ambiente escolar de modo formal. Esta inserção do estudo da Filosofia, teve como intenção promover uma ampliação da capacidade do estudante em um contexto de mundo complexo, seja através da relação com o conhecimento a priori, promovendo uma relação entre as diversas áreas do saber, seja promovendo uma reflexão mais profunda da condição humana, bem como o desenvolvimento da responsabilidade necessária para a construção de uma sociedade mais justa, através de estudos sobre política, ética, dentre outras searas do saber filosófico.

A nova Base Nacional Curricular Comum – BNCC⁴, que tinha a intenção de ter uma implantação gradativa a partir do ano de 2021, mas que por conta da pandemia da Covid-19⁵, teve sua implantação adiada para 2022, apresenta um novo desafio para a Filosofia no universo educacional. Sendo estudada, na maioria das redes de ensino, apenas no Ensino Médio, seria de se esperar que ela tivesse uma carga horária que levasse em conta a importância de discussões que são realizadas nesta disciplina, como a Filosofia Política e a Ética. A filosofia pode ser caracterizada como área do conhecimento a partir da qual muitos conhecimentos específicos atuais se originaram. Seria de se imaginar que ela passaria a ter uma participação mais relevante no contexto de um conhecimento pleno através do que é

⁴ Segundo o Ministério da Educação: “Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil.

A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.” (extraído de <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>, em 15/07/2021)

⁵ No ano de 2019, surgiu a partir do território chinês o SARS-CoV-2 (sigla do inglês que significa Corona vírus 2 da síndrome respiratória aguda grave), que veio a se tornar uma pandemia, fazendo com que grande parte países precisassem adotar medidas de restrição das suas populações, como a intenção de diminuir o contágio, enquanto a ciência médica se dedicava a compreender o funcionamento desta doença e promover algum tipo de tratamento.

nomeado de inter ou transdisciplinaridade. Ao se realizar uma busca do termo Filosofia no texto da Base Nacional, se percebe a ocorrência desta em trinta e oito situações. Num primeiro momento, pode parecer uma significativa demonstração de como o saber filosófico parece ter sido valorizado nesta nova estrutura educacional a ser aplicada no território brasileiro. Mas, ao se realizar uma análise mais detalhada, se percebe que, infelizmente, o quantitativo de emprego do termo, não corresponde a um qualitativo, ou seja, não havendo uma representação de fato de uma atividade filosófica. Numa leitura desatenta, pareceria um avanço, constatar a presença do termo Filosofia nos conteúdos pertinentes ao ensino fundamental, mas, esta impressão é desmentida pela constatação de que o termo, assume outra conotação e encaminhamento prático.

A palavra Filosofia, não se apresenta relacionada com o filosofar em dez das trinta e oito vezes que é citada e quando ocorre a menção, acontece de forma genérica, fazendo referência a sua importância na formação humana. Situação similar se encontram as disciplinas de História e Sociologia. Neste contexto, constata-se o enfraquecimento das reflexões destas disciplinas. Acrescente-se a esta constatação, a sugestão, ou encaminhamento presente na BNCC de que a filosofia será contemplada a partir de perspectiva epistemológica e de prática alicerçada na interdisciplinaridade, o que implica na diluição de seus conceitos e, por decorrência lógica na perda de potencialidade reflexiva suficiente constitutivas da reflexão filosófica. Ao que tudo indica, a proposta da BNCC para a filosofia se apresenta no contexto de um cenário que tem interesses na formação do adolescente como mão-de-obra para o mercado de trabalho, limitando seu acesso a percepção e desenvolvimento de sua capacidade racional, reflexiva, crítica e criativa que transcenda o mundo da vida no qual se encontra inserido.

No Ensino Médio, com a incorporação da Filosofia e da Sociologia, a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas propõe o aprofundamento e a ampliação da base conceitual e dos modos de construção da argumentação e sistematização do raciocínio, operacionalizados com base em procedimentos analíticos e interpretativos. (BNCC, 2018. p. 472)

Ao se fazer referência ao fato da Filosofia, de forma suficiente ao longo de seu uso na BNCC, fazendo indicativos consistentes à área de saber de maneira mais efetiva, surge o questionamento de como então este termo aparece nas outras vezes que consta no documento. Neste momento, constata-se que é deveras desgostosa aos filósofos pela forma de seu

uso. A busca do termo, parece fortemente vinculado ao termo *Filosofia de Vida*⁶, que ocorre de maneira esmagadora. Ao que parece, há um forte interesse em fornecer ao estudante, uma espécie de aparo emocional, diante de uma sociedade fragmentada por conta dos interesses econômicos, promovendo uma espécie de autoajuda filosófica⁷, ou qualquer definição que se possa encontrar semelhante.

No que concerne o ensino da filosofia e a importância do ato de filosofar, seja no âmbito acadêmico, social, político ou cultural, podemos destacar a construção de um conhecimento lógico, sistemático, organizado e, acima de tudo, crítico, pondo o discente à prova cotidianamente através da submissão a situações problema que exijam que ele explore toda essa capacidade e todo o conhecimento adquirido ao longo das reflexões para que assim possa ser conduzido, se assim nós quisermos exprimir, mas não levado em ombros, de modo que no futuro seja capaz de caminhar por si, e sem tropeçar, ou seja, capaz de andar sozinho. A experiência filosófica conduz o aluno a pensar por si mesmo. (MORENO, 2019 .p. 4)

Muito por certo que os professores, não somente os de Filosofia, ou das humanidades, concordarão que o amparo emocional é importante em uma sociedade estimulada. Concordarão também que os vínculos humanos e sociais devem ser favorecidos. Vínculos de humanidade devem ser favorecidos e estimulados como forma de não só aceitação do outro, dos limites e das potencialidades da vida em sociedade, mas também de respeito para com o outro, com a vida em sua totalidade e diversidade de formas, com o mundo. Mas, esta não pode ser encarada como o principal objetivo dos educadores e das disciplinas por eles ministradas. Afinal estes temas, aparecem nas reflexões de diversas áreas do saber, em maior ou menor intensidade e, que no caso da Filosofia, pode ser encontrado nos campos da ética, da estética, da ontologia, da metafísica, da filosofia da linguagem, da filosofia política, entre outras áreas de estudo e investigação da filosofia.

⁶ FILOSOFIA COMO MODO DE VIDA: Identificamos aqui a filosofia como modo de vida, sucintamente, a partir da presença, ou aplicação, da reflexão filosófica no cotidiano de quem se propõe ao exercício do filosofar. Tornar a filosofia um modo de vida significa, neste sentido, não limitar o exercício filosófico, representado pela indagação, pela reflexão racional, pela crítica, ao meio acadêmico, mas utilizar os métodos que a filosofia nos apresenta para refletir e lidar com as questões mais simples de nossas vidas. Isto se dá, por exemplo, pela presença da atitude questionadora, que busca razões pelas quais as coisas se conformam de um modo e não de outro; que, antes da aceitação de algum fato, analisa as variáveis que constituem-no; e uma série de posturas baseadas na indagação e reflexão da realidade.

⁷ FILOSOFIA COMO AUTO-AJUDA: Entendemos a “filosofia como auto-ajuda” como a atitude de limitar a filosofia a um aspecto normativo que reduz-se a anunciar modos de lidar e compreender temáticas sobretudo ligadas à existência. Esta atitude correria o risco de ignorar, portanto, o caráter indagatório da filosofia. Também poderia negligenciar áreas que não lidam diretamente com a existência individual, reduzindo-as a uma análise da vida privada e ignorando aspectos que não dizem respeito aos modos de conduta e posturas perante a existência.

Este contexto é um problema significativo para a Filosofia, pois a mesma tem sido utilizada ao longo dos anos como uma disciplina que, professores de outras áreas do conhecimento, com outras formações como História, Geografia, Sociologia, entre outras utilizavam com forma de complementação de suas cargas horárias. É evidente que a Filosofia foi campo de conhecimento importante na formação dos professores destas disciplinas, assim como a Lógica, área da Filosofia, está presente na formação dos matemáticos, bem como a Filosofia da Linguagem, se encontra presente na formação dos professores de língua portuguesa e língua estrangeira. Esta consideração para com as reflexões filosóficas é muito presente em diversas redes de ensino brasileiro.

A permanência de filosofia como unidade curricular dependerá da resistência das escolas. Na elaboração de seus projetos pedagógicos, em função da reorganização que virá (definindo especializações na formação), as escolas podem manter o ensino de filosofia. Não apenas as escolas que se especializam em “ciências humanas”, mas mesmo as escolas especializadas em “ciências exatas” poderão ter horas de formação em filosofia. A melhor estratégia de resistência, neste momento, parece-nos estar na ação dos professores: começando por seus estudantes e pelo Conselho de Escola, eles podem iniciar um movimento de conscientização: (i) sobre a continuidade da filosofia como unidade curricular; e (ii) sobre a importância da filosofia na formação humana. A partir daí, em união com os professores da escola, do município, do estado e do país, os professores podem e devem lutar para que os projetos pedagógicos das escolas conservem filosofia (como também sociologia, história e geografia!). O MEC e as secretarias estaduais de educação apostarão na atual propaganda derrotista e na possibilidade de as próprias escolas assimilarem a falsa ideia de que a “filosofia caiu”, tirando-a do seu currículo. Se as próprias escolas excluírem por si mesmas a filosofia do Ensino Médio, a “legitimidade” da retirada será maior (nisso parece investir a BNCC). (SAVIAN FILHO, CARVALHO, FIGUEIREDO, S.D.p.1)

Como se pôde observar na citação, a permanência das reflexões propriamente filosóficas, dependerão muito do ambiente escolar, relacionando a ação da disciplina de forma relevante no contexto de cada escola, para que com isso, possa demonstrar a sua importância na formação humana dos educandos. Um aspecto que torna esta ação complexa, é o fato dos professores, em muitas regiões do território brasileiro, terem não somente que trabalhar em diversas escolas, mas, não terem a garantia de sua permanência em uma unidade escolar onde, possa desenvolver um trabalho de longo prazo. Neste sentido, ainda se somam elementos externos, visto que, em muitas redes de ensino, não há uma regularidade na realização de concursos, ou processos seletivos que garantam a vaga do profissional.

Este cenário de insegurança, se torna ainda mais intenso quando se conhece em muitas redes, a influência político-partidária, fazendo com que, o professor para que mantenha a sua vaga, tenha que reproduzir um discurso padronizado e alinhado para manutenção vínculo empregatício. Assim, se constata que, a manutenção de reflexões, tanto filosóficas, quanto sociológicas, bem como da historiografia, entre outras áreas do conhecimento humano, podem ser afetadas por conta dos interesses dos gestores que naquele momento estão na gestão educacional. Apesar destas condições adversas sempre terem sido presente no contexto educacional, havia uma separação entre as diversas disciplinas, garantindo que estas, possuíssem uma autonomia de abordagens, permitindo que, se tivesse a possibilidade de preservar a identidade epistemológica e metodológica de cada área do saber.

Esta autonomia, não necessariamente anula uma abordagem interdisciplinar, muito pelo contrário, permite, no caso da Filosofia, estabelecer relação com áreas de conhecimento como a Língua Portuguesa, com as Artes, como forma de compressão do ser humano através das expressões, através das expressões linguísticas. Ou ainda, uma relação com a Matemática, através da Lógica, enquanto área de conhecimento filosófico, sendo uma das mais sólidas bases das chamadas ciências exatas. Tais aspectos também se apresentam no âmbito das ciências naturais, a Biologia, a Física e a Química em torno da questão da vida, de suas diversas formas de manifestação, de suas características físico-químicas. Desta forma, parece razoável afirmar que a autonomia das disciplinas, assegura não somente de modo estrutural pela chamada grade curricular, mas também pelo fornecimento de materiais específicos à cada disciplina, através dos livros didáticos e eventuais materiais de apoio, interpretação aprofundada de cada disciplina, mas também suas relações com outros saberes.

“CONHECIMENTO PODEROSO” E “CONHECIMENTO DOS PODEROSOS”

Gostaríamos de abordar, também, outro ponto referente aos conhecimentos promovidos pela nova BNCC, aqui, sobretudo em relação à área de ciências humanas e suas tecnologias. Para isto nos utilizaremos de dois conceitos propostos por Michael Young. O sociólogo inglês dedicou parte relevante de sua obra à educação. Especificamente, em seu artigo *“Para que servem as escolas?”*, Young pergunta-se pela função da escola e qual sua importância, ao passo que reconhece que a importância

encontra-se, sobretudo, no fato de a escola oferecer aos alunos conhecimentos que não seriam (ou melhor, dificilmente seriam) desenvolvidos em qualquer outro lugar. Conheçamos, portanto, os conceitos de “conhecimento poderoso” e “conhecimento dos poderosos”, também citados em outras das obras de Young. É possível compreendê-los, por exemplo, a partir da diferenciação dos papéis que ocupam: enquanto o conhecimento poderoso destina-se à oferecer ao estudante noções sobre as mais diversas áreas do conhecimento, o conhecimento dos poderosos destina-se à conformação ou reprodução de certas ideias, costumes, crenças. Deste modo, o conhecimento poderoso desenvolve-se a partir de bases sólidas, possui algo a ensinar sobre os fenômenos naturais, a matemática, a língua, os acontecimentos sociais, políticos e econômicos, bem como a constituição de ideias que justificaram em determinados contextos visões de mundo e, agrega ao aluno noções das quais ele não teria acesso em outras circunstâncias, a não ser na escola. Enquanto isso, o conhecimento dos poderosos diz respeito a noções valorizadas por certos grupos, ou o conjunto de uma sociedade, que as reproduzem, nos mais diversos ambientes. Este conhecimento, ao contrário do anterior, não diz necessariamente respeito a noções de mundo estabelecidas a partir de bases sólidas, mas sim convenções, que por vezes podem, inclusive, carregar preconceitos. Sobre o conhecimento poderoso, Young diz:

Esse conceito não se refere a quem tem mais acesso ao conhecimento ou quem o legitima, embora ambas sejam questões importantes, mas refere-se ao que o conhecimento pode fazer, como, por exemplo, fornecer explicações confiáveis ou novas formas de se pensar a respeito do mundo. (YOUNG, 2007, p. 1294)

Segundo Galian e Louzano, o conhecimento poderoso é “um conhecimento que permite que os alunos compreendam o mundo em que vivem” (GALIAN; LOUZANO, 2014, p. 1110). Desta forma, é possível inferir, portanto, com Young, que o conhecimento a que os estudantes devem ser apresentados nas escolas é um conhecimento embasado e desenvolvido a partir de noções que visam analisar o mundo em suas especificidades, sem, com isso, interpretá-lo à luz de concepções ou preconceitos. Se poderia questionar, neste sentido, se e como a Filosofia poderia ser um conhecimento poderoso. Há que se considerar, em primeiro lugar, a filosofia em seus mais de 2500 anos de trajetória histórica no Ocidente. Não é o caso de afirmar peremptoriamente que a filosofia desenvolveu-se inteiramente a partir de bases sólidas ou fundamentadas, como seria o caso do conhecimento poderoso. Platão, por exemplo, justifica a divisão da sociedade em grupos

com diferentes atribuições por meio de seu mito dos metais⁸. Não parece haver nisso qualquer tipo de cientificidade, aliás, se colocado tal argumento nos dias de hoje, seria plausível admitir que as pessoas possuem funções sociais pré-determinadas por seu nascimento, sua condição, ou variáveis desta natureza? É necessário reconhecer, portanto, que às vezes pode existir uma linha tênue entre conhecimento poderoso e conhecimento dos poderosos quando se procura analisar a filosofia nos moldes sociais vigentes.

Se poderia dizer, por outro lado, que desconsiderar as questões filosóficas colocadas pelos mais diversos filósofos poderia implicar em apenas reproduzir a história da filosofia, sem instigar nos estudantes reflexões a partir de problemáticas que perpassam esta área do conhecimento. O que remete a apresentar brevemente uma distinção estabelecida por Young em entrevista às pesquisadoras Cláudia Valentina A. Galian e Paula B. Jorge Louzano, entre didática e currículo: “o currículo define o que se ensina, que direção você vai tomar, enquanto a didática trata do como.” (YOUNG, 2014, p. 1122). É necessário reconhecer, deste modo, que a didática define-se também a partir do currículo, isto é, dado um conjunto de competências e habilidades a serem desenvolvidas, a didática deverá ser pensada de modo a otimizar tal desenvolvimento. Apresenta-se, aqui, a necessidade de aliar o currículo e a didática, de modo que o ensino apresente a filosofia em sua história e suas questões debatidas até os dias de hoje, ao passo que diferencie o que na história da filosofia pode ser considerado mais um conhecimento dos poderosos do que conhecimento poderoso.

Sob tais pressupostos, Young instiga a outra discussão a partir do conhecimento poderoso e do conhecimento dos poderosos, convidando-nos a refletir o próprio currículo. Em seu artigo “*Para que servem as escolas?*”, Young destaca: “O currículo tem que levar em consideração o conhecimento local e cotidiano que os alunos trazem para a escola, mas esse conhecimento nunca poderá ser uma base para o currículo.” (YOUNG, 2007, p. 1299). É necessário, neste sentido, refletir o currículo não apenas em sua constituição, mas também em sua relação com fatores determinantes na qualidade da aprendizagem. A interdisciplinaridade é um destes fatores, cumprindo importante função na qualidade da aprendizagem, uma vez que apresenta-se como possibilidade de compreensão de

⁸ O mito dos metais pode ser encontrado no livro III da obra *A República*, de Platão. Sucintamente, o mito conta que o deus criador (não o cristão), no momento da criação, misturou às pessoas ouro, prata ou bronze. O metal que compunha cada pessoa determinaria sua posição: ouro: os que comandariam; prata: auxiliares; bronze: agricultores e artesãos. O mito apresenta ainda outros detalhes sobre possíveis diferenciações de metais entre pais e filhos. O que nos interessa aqui, entretanto, é mencionar que Platão utiliza-se de um mito como forma de estabelecer uma analogia com as diferenças encontradas entre os homens de sua época.

diferentes elementos que, interligados, compõem um amplo contexto. No que diz respeito à interdisciplinaridade, desta forma, é importante destacar, a respeito dos limites existentes entre as áreas de ensino, uma resposta de Young na entrevista citada acima:

Mas acho que [os limites] também são particularmente importantes para os alunos que vêm da classe trabalhadora ou dos segmentos mais vulneráveis da sociedade. Quando esses alunos chegam à escola e entram em contato com um conhecimento totalmente estranho, eles precisam desenvolver novas identidades na relação com o novo. As disciplinas lhes conferem elementos para a construção de identidade, bem como segurança como aprendizes. Vão chegar a um ponto em que desejarão romper os limites, ultrapassar as fronteiras, mas, se não souberem identificar os limites, tampouco poderão rompê-los e, se conseguirem, não saberão avaliar se conseguiram ou não. Então, nunca saberão se estão aprendendo mais ou não. Portanto, os limites também desempenham um papel importante para os alunos. (YOUNG, 2014, p. 1118).

A partir dos argumentos apresentados, inúmeras questões podem ser refletidas sobre a nova BNCC à luz de Young. Pode-se propor, inicialmente, uma reflexão sobre a divisão de áreas do conhecimento, ou melhor, no caso da nova BNCC, a não divisão, a mescla destas áreas do conhecimento. No caso específico da filosofia, é possível questionar qual o nível de compreensão do método filosófico que um estudante terá alcançado ao final de sua formação básica. Isto porque a filosofia, bem como a sociologia e a história, possui especificidades de método, abordagem, temática. Um aluno, ao final do ensino médio, saberá distinguir Descartes e Durkheim, bem como suas áreas de investigação? Se poderia também questionar de que modo esta interdisciplinaridade contribui para o esgotamento dos cursos de licenciatura e bacharelado em Filosofia, Ciências Sociais, História. Isto porque, geralmente, os estudantes passam a ter contato com as áreas do conhecimento na escola, sobretudo no Ensino Médio.

Se não conhecerem as especificidades constitutivas de tais áreas, como poderão se interessar por cursá-las a nível superior? Se não houverem estudantes de licenciatura, quem lecionará aos estudantes da educação básica nos anos que virão? Mais do que contribuir para a incerta, mas provável diminuição do número de interessados pela formação nas áreas específicas, a ausência da abordagem dos limites entre cada área de conhecimento pode inibir o interesse de um estudante, que pode interessar-se em conhecer a fundo a história da humanidade, porém não se interessa, num primeiro momento, em saber qual o conceito de “bem” para Platão, ou a teoria do conhecimento de Kant. Outra questão ainda poderia ser colocada em relação ao acesso à universidade, via

ENEM ou vestibular. Tais provas serão constituídas levando-se em conta a interdisciplinaridade a que o aluno foi apresentado ao longo de seu ensino médio? Ou serão cobrados conhecimentos específicos de cada área do conhecimento? Isto porque esta diferenciação pode influenciar nas notas e desempenhos dos estudantes, de modo a gerar até mesmo uma exclusão aparentemente “natural” dos estudantes de escola pública nas universidades.

Em relação à distinção estabelecida anteriormente, entre didática e currículo, dada a constituição da nova BNCC, no que diz respeito ao currículo, como a filosofia será apresentada aos estudantes? Como mera história da filosofia? Ainda que necessária, ela não é suficiente. Como discussões, concepções e questões filosóficas serão apresentadas aos alunos? Isto depende da didática, porém, um professor que não é formado em filosofia, e, portanto, naturalmente, não possui noção de suas especificidades poderá reproduzir a concepção de Platão que apresentamos acima sobre o mito dos metais como se esta pudesse ser uma concepção vigente até os dias de hoje, quando, na verdade, diz respeito apenas à parte da obra platônica em específico. Isto também diz respeito à formação de professores que desenvolvem sua atividade docente a partir da nova BNCC. Os professores, sejam de que áreas forem, estudam anos em um curso de graduação para que certos conhecimentos sejam desenvolvidos. Um professor de Filosofia, naturalmente, com base única e exclusivamente nos conhecimentos a que teve acesso durante sua graduação, deve apresentar condições suficientes de ministrar uma aula sobre Platão. Entretanto, ele seria capaz de dar uma aula sobre Durkheim? Sua formação permitiu-lhe tal interdisciplinaridade? Isto porque, da mesma forma que foi questionado acima se alunos conseguiriam ao final do Ensino Médio distinguir as especificidades de tais pensadores e das áreas das quais advém, é necessário perguntar se professores são habilitados a lecionar sobre ambos pensadores.

O que parece, deste modo, é que os professores, com a nova BNCC, acabam não utilizando boa parte dos conhecimentos que obtiveram durante seu curso de graduação, já que os conhecimentos, também por serem mesclados, parecem pouco aprofundados. Diante de tal constatação, questiona-se: para que se investe na formação de professores? Para possuir uma carga de conhecimentos que dificilmente utilizarão durante as aulas? O caso fica mais grave se for considerado, por exemplo, que neste momento, nas universidades federais, mantidas com recursos dos impostos da população brasileira, estão em formação inúmeros (futuros, e alguns atuais) professores de Filosofia, Sociologia,

História, Artes, Biologia, Física, Química, Matemática, Português, Inglês, Geografia. Na esteira das questões já colocadas sobre conhecimento poderoso e dos poderosos, é necessário questionar: os conhecimentos propostos pela nova BNCC, bem como as habilidades e competências nela inclusas, visam o desenvolvimento do conhecimento poderoso ou a perpetuação de conhecimentos dos poderosos? Visam emancipar o estudante por meio de conhecimentos que ele não teria acesso em qualquer outro lugar? Ou visam apenas oferecer-lhe noções básicas sobre as áreas do conhecimento ao passo que lhe incute competências e habilidades que lhe conformam a reproduzir relações de classe? Não se trata de negar o papel que a escola possui de também preparar os estudantes para o mercado de trabalho, mas de investigar se esta função pretende tornar-se o principal objetivo da escola. Sabendo que uma série de conhecimentos e noções não podem ser aprendidas fora do ambiente escolar, a nova BNCC compromete-se a desenvolvê-los nos estudantes? A organização do currículo por meio de áreas do conhecimento e da metodologia de projetos é suficiente para cumprir o papel emancipatório da educação?

É necessário, desta forma, questionar qual o objetivo da nova BNCC: facilitar a apreensão e compreensão dos conhecimentos? Construir novas formas de os indivíduos se relacionarem com o mundo compreendendo-o como um todo interligado? Servir de pré-escola do mundo do trabalho? Inculcar nos estudantes noções difundidas pelas ideologias neoliberais em torno da competição, do investimento no capital humano, da meritocracia, da responsabilização individual, do empresário de si mesmo? Camuflar os interesses de classes que incidem sobre a conformação dos futuros sujeitos cidadãos do mundo do trabalho? A nova BNCC reaviva a necessidade de retornar às bases da formação, de compreender os interesses envolvidos no (sub)desenvolvimento de uma população, de refletir que cidadãos se espera formar nas escolas. Mais que isso, é necessário questionar, societalmente, as concepções que perpassam o discurso comum da responsabilização individual e, na escola, as propostas que visam formar trabalhadores desprovidos de consciência da importância de seu envolvimento nas dinâmicas sociais. É necessário e urgente questionar que cidadãos pretende-se formar com a nova BNCC, quais as competências destes que serão o futuro do país, que ocuparão os mais diversos postos sociais. É necessário, por fim, reconhecer que a BNCC apresenta e é parte de um projeto de nação e, portanto, questionar: que projeto de nação é este que a nova BNCC representa?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo é exigente. Sua sempiterna condição em devir requer a constante mobilização da ação humana em torno de sua manutenção como *locus par excellence* de acolhida da vida em sua multiplicidade e diversidade de formas, de promoção da vida humana em seu âmbito individual e social. O mundo não existe em si mesmo, não cumpre uma finalidade previamente definida. Ele é o resultado da ação humana, da multiplicidade cotidiana de milhares de discursos, de diálogos que se estabelecem em torno de suas variáveis constitutivas, humanas, demasiadamente humanas (Nietzsche).

O mundo é público. É o resultado da linguagem humana, que em sua complexidade articulada em signos, símbolos e significados permite que o ser humano cultive e amplie sua humanidade no encontro e confronto com outros seres humanos. Esta ação sobre a qual se fundamenta o mundo humano denominamos de política. Assim, a política designa esta esfera da ação humana, que ao constituir o humano constitui o mundo indicando que sua preservação está intimamente vinculada a manutenção de sua dimensão pública. Nesta direção, a complexidade do mundo em sua contemporaneidade demanda pela urgência de nos encontrarmos com maior frequência na praça pública, no espaço público para que a linguagem seja colocada em movimento, para que o diálogo se estabeleça em torno dos desafios do tempo presente, para que a política seja retomada como ação humana primeira e insubstituível na potencialização do espaço público, do bem comum, da busca da felicidade. É preciso compreender as causas da profunda crise civilizacional em que estamos inseridos, conforme as palavras de Kujawski: “Em meio a esse panorama de descrença, dúvida insegurança e violência universais, o homem perde totalmente sua identidade, como pessoa, como cidadão, como membro de uma classe ou de uma categoria profissional” (KUJAWSKI, 1985, p. 80).

O diagnóstico do referido pensador se aprofunda demonstrando os desafios impostos à ação política de preservação e potencialização do mundo. “A paisagem se conspurca em todos os lugares, as cidades se deterioram e até o ar fica irrespirável. Vivemos todos devorados pela ansiedade, oprimidos pela angústia, no torvelinho, vertiginoso da crise e na vizinhança cotidiana do caos” (KUJAWSKI, 1985, p. 81). Pode-se ampliar este diagnóstico do tempo presente a partir da crise de representatividade característica do Estado de direito moderno, da ascensão de grupos políticos de extrema direita e suas tendências fascistas e totalitárias, bem como a situação dos refugiados, do

desemprego em massa, do feminicídio, da violência desenfreada presente nas periferias das grandes cidades, do aquecimento global advindo de uma forma de organização produtiva e econômica em curso. Todas estas variáveis constitutivas do tempo presente demonstram a importância e a necessidade da filosofia. “Só a filosofia pode promover essa reforma da razão. Porque foi a filosofia que descobriu a razão na Grécia do século VI. Foi a filosofia que perdeu a integridade da razão no curso da história, permitindo sua degeneração no racionalismo, na interpretação físico-matemática”. (KUJAWSKI, 1985, p. 83).

A proposta da BNCC ao agrupar campos do conhecimento em sua forma disciplinar na constituição da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas dilui as especificidades dos respectivos campos do conhecimento. Mesmo que proponha como fundamento epistemológico e metodológico para a constituição e viabilidade da área a interdisciplinaridade, a efetividade da proposta é exigente em relação a organização do tempo e do espaço escolar. Ademais, considerando os limites de acesso ao trabalho, à renda, é preciso considerar os limites de acesso às tecnologias, aos livros, revistas, entre outras fontes de estudos e consultas a que estão submetidos os jovens brasileiros limitando seu desenvolvimento cognitivo, o que exigiria que as escolas proovessem estes recursos necessários ao desenvolvimento de uma proposta educacional de orientação epistemológica e metodológica interdisciplinar suficiente.

Sob tais perspectivas, a conformação da área de Ciências Humanas e Sociais aplicadas apresenta-se como um retrocesso em relação a uma aprendizagem consistente e suficiente necessárias ao educando para enfrentar os desafios do mundo do trabalho e, sobretudo do mundo em suas dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais. A filosofia é exigente no trato com os conceitos, com as ideias, com a linguagem, com o tempo necessário à reflexão, com o adequado uso da razão como caminho privilegiado de compreensão de aspectos constitutivos do mundo. Diluí-la na referida área é destituí-la de suas propriedades, de suas características fundamentais forjadas na trajetória civilizatória em curso. É retirar-lhe a criticidade da análise e, sobretudo a criatividade de suas contribuições para as demais áreas do conhecimento. Sob tais pressupostos, a proposição da BNCC apresenta-se como um retrocesso diante dos desafios contemporâneos na interpretação da vida, dos fenômenos sociais e do mundo, que requer de forma intensa e profunda a potência do pensamento. “Cabe agora à filosofia, e só a ela, reconduzir a razão ao seu estado primordial, que é a vida, corrigindo o erro que foi o seu desvio para a utopia

racionalista, a ideia de que todas as coisas se comportam como os números, as figuras geométricas e os conceitos lógicos”. (KUJAWSKI, 198, p. 83).

REFERÊNCIAS

BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM (BNCC), 2021 – Disponível no site: https://fundacaolemann.org.br/noticias/o-que-e-a-bncc?gclid=CjwKCAjw3MSHBhB3EiwAxcaEuz96Cx5NwaIPSdaHUZfNCqFQVsAB13jKZJ2Xozuov4ZndRCa6gxEoxoClCMQAvD_BwE. Acessado em 12/07/2021.

CAPORALINI, José Beluci; **WIEZEL**, Augusto Henrique Gaia. Uma investigação acerca da presença do mito na *República* de Platão. In: JORNADA DE ESTUDOS ANTIGOS E MEDIEVAIS, setembro, 2011. Anais... Universidade Estadual de Maringá, 2011.

GOMES, Roberto. Crítica da razão tupiniquim. São Paulo: Editora Cortez, 1983.

KUJAWSKI, Gilberto de Melo. FILOSOFIA: a razão a serviço da vida. São Paulo: Editora Nacional, 1985.

MENDONÇA, Eduardo Prado de. O mundo precisa de filosofia. 10ª Edição. Rio de Janeiro, 1991.

MORENO, Railson Karlos de Macêdo. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a retirada do ensino de filosofia da educação básica. VI CONEDU – Congresso Nacional de Educação. Fortaleza, 2019.

PLATÃO. A República. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

PORTA, Mario Ariel González. A FILOSOFIA A PARTIR DE SEUS PROBLEMAS: Didática e metodologia do estudo filosófico. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SAVIAN FILHO, Juvenal; **CARVALHO**, Marcelo Carvalho; **FIGUEIREDO**, Vinicius Berlendis de. A BNCC e o futuro da filosofia no Ensino Médio – Hipóteses. Disponível em: <http://www.anpof.org/portal/index.php/en/artigos-em-destaque/1584-a-bncc-e-o-futuro-da-filosofia-no-ensino-medio-hipoteses>.

YOUNG, Michael. Michael Young e o campo do currículo: da ênfase no “conhecimento dos poderosos” à defesa do “conhecimento poderoso”. [Entrevista concedida a: Cláudia Valentina Assumpção Galian; Paula Baptista Jorge Louzano. Educ. Pesqui. São Paulo, vol. 40, pp. 1109 – 1124, out./dez. 2014.

_____. Para que servem as escolas? Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n 101, pp. 1287-1302, set./dez., 2017.